



PROGRAMA DE GOVERNO

COLIGAÇÃO - A MUDANÇA VEM DO POVO

LENINHA E SUED

2021-2024



LENINHA
PREFEITA
A MUDANÇA
VEM DO POVO
VICE - SUED

13

APRESENTAÇÃO

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da COVID-19 e pelo desgoverno Bolsonaro. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, faz com que a demanda por serviços públicos cresça nos municípios brasileiros. Portanto, é fundamental assumir o compromisso de governar para as pessoas para que nossa cidade cresça a partir de uma visão inovadora, pautada na gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, que priorize e cuide dos que mais precisam.

Neste cenário, a Coligação Mudança Vem do Povo (PT, PL e PCdoB) apresenta seu Programa de Governo para Montes Claros, no período 2021-2024, com um projeto de gestão participativa, intersetorial, como olhar no presente, mas projetando ações para o seu futuro. Nossa administração promoverá uma efetiva inversão de prioridades, colocando as pessoas em primeiro lugar e privilegiando os investimentos públicos nas áreas de educação, saúde, assistência, habitação, transporte, cultura, meio ambiente e na geração de empregos.

Para enfrentar o desemprego que atinge milhares de famílias, o Programa apresenta propostas concretas para a geração de empregos – como o Emprego Já, que abrirá frentes de trabalho, e o Primeiro Emprego – e para o desenvolvimento local de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder. Para isso, iremos criar a Câmara de Desenvolvimento Econômico que terá ações efetivas de apoio as empresas já estabelecidas no território e projetos para atração de novas empresas para gerar novas vagas. A Agência de Desenvolvimento será o braço operacional que permitirá identificar as lacunas nos setores da indústria, comércio, serviços, agropecuária e buscar investimento para as empresas fornecedoras do setor industrial já instalado na cidade, gerando empregos de qualidade. Faz parte desse esforço de recuperação da economia do município, a criação da moeda social digital, que irá aquecer a economia local.

Temos plena convicção que, com o apoio da população de Montes Claros, implantaremos as políticas que formulamos e defendemos, compromissos que assumimos com o povo de nossa cidade. Vamos seguir debatendo com as pessoas nossas propostas para uma gestão aberta ao diálogo. Em 2021, o Plano Plurianual (PPA) – que define as principais prioridades para os quatro anos de governo – será feito com a participação da sociedade. Nosso Programa de Governo prevê diversas formas de estímulo à participação, como a ampliação de conselhos, que podem auxiliar a tomada de decisões em áreas estratégicas. O Orçamento Participativo também será um espaço onde o povo de Montes Claros poderá opinar e definir os principais investimentos em infraestrutura, como escolas, hospitais, praças e parques. Para o acompanhamento da execução das demandas incorporadas ao Orçamento de cada ano, será constituído o Conselho do OP, com representantes eleitos em encontros regionais e temáticos.

Acreditamos que assim teremos uma gestão atenta e consciente das reais necessidades da população e às dificuldades dos mais vulneráveis que estarão desamparados diante da grave situação do país. Nosso Programa de Governo é fruto do acúmulo histórico das propostas apresentadas pela Coligação Mudança Vem do Povo, que por meio de seus mandatos populares vem atuando na defesa de um Plano de Reconstrução e Transformação Social do Brasil, capaz não apenas de retomar o crescimento da economia, mas, acima tudo, construir um desenvolvimento econômico e social ambientalmente sustentável.

OS DESAFIOS DA CONJUNTURA

A campanha eleitoral municipal em 2020 será realizada em uma conjuntura na qual os danos da política ultraliberal desenvolvida no país desde 2016, vêm provocando desmontes e retrocessos nas políticas sociais, nos direitos previdenciários e trabalhistas, privatizações e cortes provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como a PEC da Morte, por reduzir gastos em áreas essenciais e congelar os gastos públicos por 20 anos.

O desemprego está nas alturas e quase 90% das ocupações criadas são informais, segundo o IBGE. A taxa de trabalhadores sem registro, sem direitos e proteção social já ultrapassa 40% - sem falar dos desalentados que nem ocupação têm. O desmatamento aumentou 83%, com incentivo de um governo que arruinou nossa imagem junto aos ambientalistas e à comunidade internacional. Líderes indígenas e sindicalistas foram assassinados; professores e artistas, perseguidos; e mulheres, pessoas negras e LGBTQI+ sofrem diariamente violência e são assassinadas.

Vivemos tempos sombrios, com ações potencializadas por um governo que ataca os direitos humanos, os direitos sociais, o meio ambiente e a soberania. Os desdobramentos da pandemia, que com a política genocida do governo levou mais de 125 mil brasileiros e brasileiras a morrerem de Covid-19, somente agravaram tudo o que já vinha sucedendo no país, desde o golpe de 2016, que retirou a Presidente Dilma Rousseff do poder.

Associada à crise e tendo como principais protagonistas segmentos conservadores da sociedade, presenciamos o avanço de grupos retrógrados pautados pelo discurso de ódio e pelo constrangimento aos que pensam diferente de sua linha ideológica. Mas, apesar do clima de intimidação e violência que tentam disseminar, vislumbramos a mobilização dos mais diversos grupos de defensores da democracia, mostrando a força dos que resistem aos retrocessos de um governo ditatorial instalado em nosso país.

É nesse contexto que se insere nossa campanha, como mais uma etapa da luta pela preservação da democracia e das conquistas sociais no Brasil, adquiridas ao longo de 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff. No presente Plano de Governo, estes objetivos se traduzem em uma proposta progressista, democrática e popular que busca reafirmar os direitos de uma Montes Claros onde as pessoas exerçam plenamente sua cidadania, que seja justa, fraterna e solidária.

Nosso desafio será reafirmar os princípios norteadores de nossos governos, gerando e garantindo direitos como o caráter público do SUS, a educação pública, gratuita e livre de censura; as políticas sociais como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade; o Estado como promotor das igualdades de gênero, etnia, etária e orientação sexual; a transparência na gestão pública e a participação política.

Nos orgulhamos das políticas públicas implantadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma que foram tão importantes para o país e, em especial, para Montes Claros, como a elevação do salário mínimo, o programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Cisternas, o PRONATEC, o PROUNI, a Farmácia Popular, o programa Mais Médicos e o apoio à agricultura familiar. Todas essas conquistas possibilitaram a redução da pobreza e da desigualdade e o aumento da renda familiar.

Infelizmente, não foi prioridade para a atual administração melhorar as condições de vida da população. É visível em nosso município o descuido com a saúde, especialmente a atenção básica; a desatenção com a periferia da cidade, a desidratação das políticas de proteção social, a deterioração de praças, feiras e equipamentos esportivos; e, sobretudo, a falta de transparência e participação popular nas decisões de governo. Trata-se de um modelo administrativo indiferente aos mais pobres e incapaz de proteger empregos, apoiar empresas e ser uma liderança regional.

O povo de Montes Claros merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os duros desafios dos tempos atuais e que se coloque a serviço do interesse da maioria da população. A candidatura de Leninha Souza como prefeita e Sued como vice-prefeito, apoiados pela Coligação Mudança Vem do Povo (PT, PL e PCdoB), se apresenta para debater publicamente as diretrizes de um Programa de Governo para construir uma cidade mais humana, socialmente justa, que aprofunde a democracia e a participação popular e que enfrente os problemas urbanos e rurais do município. Um governo que vai, finalmente, colocar Montes Claros no século XXI.

SUMÁRIO

04	Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda
09	Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde
13	Educação Inclusiva e de Qualidade
19	Desenvolvimento Urbano e Rural
23	Transição Ecológica e Meio Ambiente
28	Segurança Pública Cidadã
31	Desenvolvimento Social
35	Igualdade e Garantia de Direitos
38	Juventudes
41	Esporte e Lazer para Todos
44	Cultura para Todos
47	Participação Cidadã
50	Gestão Ética e Eficiente

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO & GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA



A administração municipal pode e deve cumprir um papel ativo no processo de desenvolvimento local e regional e ser o motor de uma economia que impulse projetos baseados na inovação social e na transição ecológica, incentivando o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente responsável. A emergência da economia digital e da tecnociência exige de nós um olhar para uma economia que seja capaz de promover a aproximação das empresas instaladas no território e as empresas sociais e startups de diversos setores.

Nessa nova economia, algumas iniciativas estão formalizadas, outras têm um caráter de cooperação social e ainda existem aquelas sem qualquer formalização jurídica, indicando uma oportunidade para que a Lei de Economia Solidária seja reconhecida, impulsionada e democratizada, de modo a fomentar um modelo econômico centrado nas pessoas e na natureza.

O eixo articulador das diretrizes aqui apresentadas é voltado para a construção de uma economia justa, que tem como objetivo a satisfação das necessidades da população com respeito à natureza e a vida humana – e que colaborem com políticas públicas que prezam pela soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Elaborar uma Estratégia de Desenvolvimento Municipal

Apoiar às empresas e à Economia Popular

Investir na formação de força de trabalho

Desenvolver infraestrutura necessária para o desenvolvimento

Estratégia de Desenvolvimento Social

A partir do diálogo com setor empresarial dos diversos segmentos, as iniciativas de economia solidária, organizações do terceiro setor, sindicatos de trabalhadores, universidades e sociedade civil organizada, elaborar uma nova Estratégia de Desenvolvimento tendo como base a criação da Câmara de Desenvolvimento Econômico de Montes Claros. A Estratégia de Desenvolvimento terá ações efetivas de apoio às empresas já estabelecidas no território, ações para atração de novas empresas e para a formação da força de trabalho e desenvolvimento da infraestrutura econômica

e social.

A Agência de Desenvolvimento terá as seguintes atribuições

Identificar as lacunas nos setores da indústria, comércio, serviços, agropecuária, financeiro, de modo a indicar as vantagens de investimento para as empresas fornecedoras do setor industrial instalado na cidade, buscando gerar empregos de qualidade;

Prospectar atividades na área de Comunicação, Tecnologia da Informação, Biotecnologia, entre outros;

Desenvolver os arranjos produtivos locais em setores estratégicos como, por exemplo, a Saúde, o Comércio e a Educação, como instrumentos de mobilização do território, baseados na informação, marketing e associativismo local.

Criar o Balcão Único para atendimento eficiente para as empresas, com integração das várias Secretarias para dar resposta ágil às demandas de instalação de novas empresas ou expansão das existentes;

Constituir o Ponto de Negócios como um ambiente que favoreça a troca de ideias e a inovação, centralizando e fornecendo informações que facilitem o desenvolvimento dos negócios.

Apoios às Empresas e à Economia Popular

Instituir grupos de trabalho com segmentos empresariais que possuam sinergia, para identificar os problemas e as potencialidades a serem desenvolvidas com a participação de representantes da Prefeitura, que deverá liderar a busca de soluções e, caso necessário, em articulação com outros poderes;

Criar um fluxo de informação qualificada para pequenas empresas sobre acesso a crédito facilitado e modernização das empresas, dentre outros, constituindo uma ampla rede com a participação do Sebrae e universidades;

Implantar infraestrutura para etiquetagem com códigos de barra e embalagem dos produtos da agricultura familiar, de pequenos produtores e de empreendimentos solidários, facilitando o acesso ao mercado formal;

Liderar o desenvolvimento da capacidade de ação coletiva local, induzindo a relação entre as empresas locais para ganhos recíprocos;

Incentivar o associativismo e outras formas de organização da produção, com ações concretas como Incubadora de Cooperativas;

Criar o Banco Comunitário Municipal para fomento da economia local, por meio

de microcrédito, especialmente para pequenas empresas e empreendedores da economia solidária;

Criar o Banco de Oferta de Serviços (BOS) para facilitar a intermediação entre ofertantes e demandantes de serviços profissionais, atendendo empresários, trabalhadores autônomos, associações e cooperativas.

Setor Agropecuário

Instituir um programa de desenvolvimento dessa cadeia produtiva com o objetivo aumentar o valor agregado da produção desse setor, tais como: unidades de beneficiamento de âmbito familiar, comunitário ou de microempresários;

Ampliar os espaços e as condições de oferta dos produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo no CEANORTE, dinamizando e ampliando a cobertura das feiras de bairros, garantindo apoio logístico aos produtores e com a construção do abatedouro públicos de animais;

Revitalizar o Mercado Municipal, valorizando-o como espaço comercial e turístico;

Implantar o cinturão verde com a instituição da infraestrutura hídrica necessária às comunidades e famílias de agricultores e de tecnologia par, sistemas agroflorestais, agroextrativistas e agroecológicos;

Apoiar a constituição de centros de formação de mão de obra qualificada em alta tecnologia direcionada em particular à juventude (rural e urbana) para atuarem em empreendimentos familiares, cooperativos e agroindustriais de forma a contribuir com a instalação do Cluster do Agroextrativismo;

Estabelecer convênios com as universidades e institutos federais para viabilizar a residência agrícola, inovação tecnológica e intercâmbios de conhecimentos, visando à promoção da agricultura familiar.

Comércio local: atuar para aumentar a competitividade desse setor por meio de modernização tecnológica dos estabelecimentos, qualificação das pessoas e a estruturação, nos centros comerciais dos bairros, de um mix planejado de lojas, serviços de alimentação e atrações, bem como indução de práticas de cooperação, numa lógica semelhante a dos shoppings;

Turismo: estimular atividades de caráter religioso, cultural, gastronômico e de lazer e entretenimento, apoiando a construção do Centro de Convenções e a expansão e modernização da rede hoteleira e de restaurantes;

Criar Frentes de Trabalho da Prefeitura para geração emergencial de Renda;

Programa Primeiro Emprego: estimular as empresas para contratação de jovens e capacitação para profissional;

Destinar parcela do ISS para estímulo às cooperativas e associações de profissionais de baixa renda;

Descontos no IPTU para melhoria das calçadas, fachadas das casas e arborização, com apoio de profissionais da prefeitura para uma cidade agradável e mais sustentável;

Estabelecer isenção municipal para empresas que se instalem no nosso município, por um período de consolidação de suas atividades com o intuito de atrair empreendimentos industriais e agroindustriais, através de cessão de terrenos e benefícios fiscais, visando à geração de novos empregos;

Dar tratamento preferencial nas compras públicas às empresas locais, em especial as micro e pequenas empresas e as iniciativas de economia solidária, a exemplo da aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – PNAE e outros para a merenda escolar;

Desenvolver ampla campanha de valorização e estímulo à produção e consumo de bens e serviços locais como forma de criação e manutenção de empregos e atividades e da renda municipal.

Criar o Balcão Único para atendimento eficiente para as empresas, com integração das várias Secretarias para dar resposta ágil às demandas de instalação de novas empresas ou expansão das existentes;

Constituir o Ponto de Negócios como um ambiente que favoreça a troca de ideias e a inovação, centralizando e fornecendo informações que facilitem o desenvolvimento dos negócios.

Geração de Emprego e Renda

Instituir o Programa Municipal de Renda Básica para população em alta vulnerabilidade, completar ao Programa Bolsa Família, a partir da criação de uma moeda social – o Catopê, com uso exclusivo nos estabelecimentos comerciais e de serviços de Montes Claros;

Criar o Programa Emprego Já com o objetivo de criar postos de trabalho para desempregados que não estejam recebendo seguro-desemprego, priorizando aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade econômica e social. As pessoas contratadas realizariam atividades de interesse público tais como ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia; de manutenção urbana e de espaços públicos; de reforma de instalações, entre outras;

Criar o Programa Primeiro Emprego para estímulo à contratação de jovens, recém-formados no Ensino Médio e no Ensino Técnico, pelas empresas e pela Prefeitura, garantindo a experiência necessária para que eles sigam sua carreira profissional.

Formação da Força de Trabalho

Ampliar e qualificar a educação pública, considerando as necessidades do mercado de trabalho e da Nova Estratégia de Desenvolvimento;

Desenvolver, em parceria com escolas técnicas e/ou universidades, um programa especial de formação profissional, articulado com as atuais necessidades do setor produtivo e com aquelas definidas na Nova Estratégia de Desenvolvimento Municipal.

Infraestrutura para o Desenvolvimento

A infraestrutura é fundamental para promover o desenvolvimento econômico local, pois a decisão de uma empresa se instalar num município depende da qualidade da sua infraestrutura. Tal requisito inclui o que tradicionalmente se considera infraestrutura – transporte, abastecimento de água e energia, telecomunicações, entre outras – mas também a existência de instituições produtoras de conhecimento.

Assim, a Prefeitura deverá:

Promover a interação entre as empresas de diferentes portes e setores com as universidades e institutos de forma a viabilizar ações de pesquisa aplicada, que promovam a inovação;

Garantir a infraestrutura física de telecomunicações – fibras óticas, antenas e demais equipamentos utilizados na coleta e circulação de dados, distribuídos por todo o território, oferecendo espaços para instalação da infraestrutura privada, de modo a garantir seu compartilhamento e sua expansão para áreas de menor interesse comercial e maior interesse social. Assim, além de dotar a cidade das condições necessárias para atrair novos empreendimentos, será possível tornar Montes Claros uma Cidade Digital com acesso gratuito de banda larga à Internet nos locais públicos de cada bairro da cidade como praças, mercados e sede de associações de bairro, promovendo a inclusão digital.

Atuar junto ao Governo do Estado para implementar a Alça Norte do Anel Rodoviário.

QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE



A Saúde de um país acompanha o modelo de desenvolvimento pretendido para sua população, e as políticas de saúde são definidoras de um processo civilizatório de garantia de direitos. O Sistema Único de Saúde (SUS), conforme a Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende o conjunto da população brasileira, todos têm direito ao SUS.

O SUS é considerado um dos maiores e mais importantes sistemas de saúde do mundo, beneficiando mais de 180 milhões de brasileiros e realizando, em média, 2,8 bilhões atendimentos diretos, que vão desde a atenção básica feita nos postos de saúde a procedimentos de alta complexidade como transplantes de órgãos e hemodiálise, oferecidos exclusivamente pelo SUS; está presente em todos os ciclos de vida e é equitativo, quem precisar terá atenção.

Por isso somos contra o congelamento de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95, que reduz drasticamente os recursos do SUS. O desmonte do SUS é ainda mais cruel nesse período de pandemia e pós-pandemia. A covid-19 escancara as desigualdades de acesso à prevenção e aos serviços de saúde de populações e territórios vulneráveis.

Nosso programa de governo está baseado na recuperação da Rede SUS do município, considerando as necessidades de saúde da população e considerando a importância dos trabalhadores e das trabalhadoras de saúde.

A pandemia da Covid-19 ainda não acabou e sua dinâmica ainda é pouco conhecida. Temos visto ao redor do mundo e no Brasil que tem havido recrudescimento da contaminação e do número de óbitos em função da flexibilização do isolamento social e de outras medidas preventivas.

Assim, no nosso governo adotaremos todas as medidas preventivas recomendadas pela OMS até que haja vacina disponível para todos.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Atenção Primária à Saúde humanizada, resolutiva e de qualidade

Fortalecer a atenção primária, especialmente no monitoramento e acompanhamento da covid-19, de doenças crônicas e da população vulnerável: crianças, gestantes e idosos, assegurando profissionais qualificados, estruturas físicas adequadas, equipamentos, medicamentos e insumos suficientes em cada território;

Ampliar a cobertura das Equipes de Saúde da Família, priorizando os bairros periféricos e territórios mais vulneráveis;

Ampliar e consolidar as linhas de cuidado em rede para doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, ampliando a prevenção;

Incorporar práticas integrativas e complementares no cuidado à saúde;

Ampliar a oferta de Centros de Especialidades Odontológicas e Núcleos de Atenção à Saúde do Idoso;

Reforçar as ações do Programa Saúde na Escola, com visitas periódicas as escolas públicas de médicos, dentistas, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos, para identificar demandas das crianças e adolescentes.

Qualificação da rede de urgência e de atenção hospitalar

Reorganizar serviços e aprimorar a gestão, implementando classificação de risco e diretrizes de humanização nos hospitais e serviços de urgência e emergência;

Reorganizar a Rede de Atenção Psicossocial para enfrentamento do transtorno mental e às necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e drogas;

Ampliar e qualificar as redes de Atenção às Pessoas com Deficiência e Pessoas com Doenças Crônicas e o Serviço de Atenção Domiciliar;

Instalar novas Unidades de Pronto Atendimento de modo que seja possível atender as demandas regionalizadas do município.

Atenção especializada articulada e integrada em rede

Organizar o atendimento especializado em um novo modelo de cuidado em rede que seja resolutivo e solucione as filas nas consultas médicas, exames e procedimentos;

Otimizar a participação do município nas redes de urgência e emergência através de capacitações e por meio parcerias seja com governo estadual e/ou federal;

Ampliar e a qualificar o atendimento dos Ambulatórios de Especialidades e demais serviços especializados, em articulação com serviços dos governos federal e do estado, hospitais filantrópicos e serviços privados contratados pelo SUS;

Organizar atendimento especializado em reabilitação, destinado às pessoas com deficiência e outras doenças, com credenciamento de clínicas para ampliar o acesso;

Qualificar a Rede de Atenção Psicossocial (CAPS adulto, infantil e álcool-drogas), Consultório na Rua, e outros serviços de apoio que contem com equipes de saúde;

Fortalecer as ações de saúde mental e de prevenção e tratamento ao uso abusivo de

álcool e outras drogas na atenção básica e rede de urgência;

Organizar o cuidado das gestantes de alto risco, atuando na prevenção da mortalidade materna.

Política Municipal de Assistência Farmacêutica

Articular a assistência farmacêutica às demais ações de saúde e assegurar acesso aos medicamentos e seu uso racional;

Garantir medicamentos de uso contínuo para os pacientes crônicos.

Promoção e Vigilância em Saúde

Promover qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades e riscos relacionados aos determinantes da saúde – modos de viver, trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, e acesso a bens e serviços essenciais integrando políticas públicas.

Fortalecer a Vigilância Epidemiológica das doenças e agravos não transmissíveis e transmissíveis: dengue, chikungunya, zika, tuberculose, hanseníase, HIV/AIDS, H1N1 e COVID-19;

Ampliar a vigilância ambiental para garantir a qualidade da água para consumo e do ar, bem como o acompanhamento de pessoas expostas a contaminantes químicos;

Promover a vigilância à saúde do trabalhador

Fortalecer a Vigilância Sanitária para o controle dos riscos de produtos, inclusive fármacos, insumos hospitalares, serviços de saúde e alimentação.

Qualificação da gestão pública e valorização do trabalho em saúde

Valorizar o trabalho e os trabalhadores da saúde, seus saberes e competências, adotando princípios de gestão participativa e cogestão em defesa do SUS municipal;

Institucionalizar e ampliar a política municipal de educação permanente para o SUS;

Fortalecer mecanismos de planejamento e de gestão participativa;

Manter e atualizar continuamente o Plano Municipal de Saúde e instituir seu monitoramento e avaliação;

Estabelecer gestão colegiada na direção e gerência do sistema;

Reorganizar a regulação e a auditoria do Sistema Municipal de Saúde, efetivando a contratualização com prestadores, orientada para o acesso dos usuários;

Informatizar a rede assistencial, utilizando o cartão SUS e as tecnologias de informação e comunicação para a gestão;

Investir no processo de regionalização: pactuação com outros municípios, com vistas à organização da rede regionalizada de atenção à saúde e à possível criação de um Consórcio;

Ampliar a captação de recursos para a rede de serviços municipais, promovendo a negociação nas instâncias gestoras do SUS;

Reorientar e racionalizar, com base nas prioridades, a utilização do Fundo Municipal de Saúde, ampliando a transparência e o controle dos gastos com saúde;

Criar Setores Macro, oferecendo aos usuários a possibilidade de migração de ESF localizadas em setores perto do seu domicílio.

Gestão Participativa e Controle social

Fortalecer a participação e controle social em todos os âmbitos do SUS municipal;

Valorizar o sistema de ouvidoria do SUS;

Efetivar o portal da transparência e incrementar os mecanismos de comunicação com a população, promovendo a democratização e estimulando participação social;

Apoiar o funcionamento e a atuação do Conselho Municipal de Saúde;

Reforçar o papel das Conferências Municipais de Saúde na avaliação do sistema e na definição de diretrizes para a sua qualificação;

Criar mecanismos de gestão para tornarem efetivas as recomendações da conferência municipal de saúde de Montes Claros.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE



A política pública educacional deve ter como princípio orientador a democracia. Para isso é necessário envolver a comunidade escolar na formulação, gestão, controle social e avaliação das políticas desenvolvidas na rede pública municipal, de forma articulada com os demais instrumentos de planejamento e gestão e se expressar, efetivamente, na materialização de políticas que tenham como prioridade a Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental.

A educação municipal será verdadeiramente pública, com financiamento, recursos humanos qualificados, valorização dos profissionais e equipamentos dedicados a um projeto educacional vinculado à realidade local, seja na cidade ou no campo, sempre articulado ao desenvolvimento local, regional e estadual. O compromisso com a qualidade da Educação deverá se expressar em um conjunto de elementos e levar em conta as dimensões socioeconômicas e especificidades culturais, que envolvem o modo de viver e as expectativas das famílias e educandos em relação à Educação. É preciso garantir o financiamento adequado, o reconhecimento social e a valorização dos trabalhadores em educação, que podem transformar todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democrática, ofertando uma educação integral e inclusiva.

Cabe ressaltar ainda o compromisso com o atendimento escolar das comunidades do município, conforme prevê o Plano Municipal de Educação 2015-2025, em suas metas. Para além da sede do município, o atendimento escolar às populações dos seus distritos será desenvolvido a partir dos princípios da Educação do Campo. Compete assim à gestão municipal assegurar a oferta de uma Educação Pública, desde a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que possibilite o acesso à ciência, à tecnologia, às artes e à cultura e a livre manifestação, buscando contribuir para uma formação cidadã plena para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, desenvolvam suas potencialidades e as habilidades necessárias ao pleno exercício ético e crítico da cidadania.

O processo da pandemia da Covid-19 torna necessário que a retomada das aulas ocorra com plena segurança sanitária, de maneira a defender e proteger a vida de crianças, adolescente, adultos e profissionais da educação. Tal premissa deve orientar a reorganização do calendário escolar; o desenvolvimento de dinâmicas escolares e pedagógicas que levem em conta as situações experimentadas pelos alunos, bem como as condições desiguais de acesso a equipamentos e conteúdos curriculares e a reorganização de prédios e equipamentos para que seja assegurada

segurança sanitária. A pandemia explicitou o quanto é urgente o desafio de elevar a conectividade das escolas públicas, tornando-as Território de Inclusão Digital.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Garantia do Direito à Educação: Democratização do Acesso e Permanência

O compromisso com a universalização da educação deve se materializar na garantia de oferta de educação para todas e todos, em especial nas creches e educação infantil (0 a 6 anos), com a devida atenção às metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

Especial atenção deve ser dada à EJA, atendendo às/aos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola e/ou não concluíram a educação básica, independente da faixa etária. A esses, devem ser oferecidas as condições de acesso e permanência.

Para isso, é fundamental garantir políticas de apoio, como alimentação, transporte e uma articulação intersetorial com as demais políticas de assistência social, políticas ambientais, de saúde pública, em especial nesse período pós-pandemia, que vai requerer integração e articulação interfederativa, no sentido de buscar o apoio financeiro do governo federal e estadual para sustentação dessa política de inclusão.

Criar um plano de ação e programas que priorizem o ingresso, a permanência e conclusão com êxito de crianças, jovens e adultos;

Garantir o compromisso com a universalização do atendimento à Educação Infantil/ Pré-escola (crianças de 4 a 6 anos) e promover a ampliação da oferta da Educação Infantil em creches (0 a 3 anos);

Envidar esforços para alcançar a universalização do ensino fundamental de 9 anos.

Oferecer a Educação Integral, progressivamente, adotando uma metodologia ativa e atraente, buscando atender de forma eficiente os princípios da formação cidadã, atentando para as especificidades das Escolas do Campo e Quilombola;

Enfrentar os fatores que provocam a evasão escolar, especialmente dos estudantes do campo, quilombola e dos jovens e adultos da EJA;

Promover ações que priorizem a melhoria dos níveis de alfabetização e da formação para o trabalho de jovens e adultos;

Efetivar a política municipal da Educação do Campo e Quilombola, com a criação de instância gestora na SME, construída com o protagonismo das comunidades e movimentos sociais do campo;

Oferecer uma alimentação escolar de qualidade e farta, priorizando a compra dos produtos da agricultura familiar e da agroecologia;

Articular com todos os atores da comunidade escolar para assegurar um ambiente seguro e harmonioso, isento de ameaças de violência ou violação de direitos;

Tornar a escola espaço comunitário disponível para o esporte, a cultura e a arte para a população do seu entorno;

Potencializar o papel da escola por meio de campanhas educativas referentes às temáticas da diversidade, segurança, saúde, trânsito, respeito, dentre outras, em parceria com as demais secretarias do município, organizações sociais, universidades e entidades.

Garantia da Valorização da Diversidade e da Redução das Desigualdades Sociais

Considerando que acreditamos que a educação é um direito inerente de qualquer cidadão, que nenhum aluno pode ser privado do ensino regular em função de suas condições físicas, sensoriais e cognitivas e que alunos com deficiência aprendem mais quando inseridos em uma escola regular, iremos promover a Educação Inclusiva.

Garantir a universalização do atendimento com o acesso à educação básica e ao atendimento especializado às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

Dotar as escolas de condições físicas (equipamentos, estrutura física de acordo com as normas da ABNT) e profissionais especializados para o atendimento às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

Combater o preconceito e a discriminação às pessoas LGBTQIA+;

Observar a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da inclusão do estudo da história e da cultura indígena nos currículos escolares;

Promover ações junto a todo município para a redução do preconceito e da discriminação em relação à diversidade.

Democratização do Conhecimento

A escola tem como função central desenvolver o processo de aprendizagem por meio da organização dos seus espaços e tempos que possam assegurar a todos os educandos a construção do conhecimento a partir de sua realidade. A construção coletiva, participativa e contextualizada do projeto político pedagógico em cada escola deve promover uma formação para a emancipação, autonomia e criticidade, garantindo a todas e todos o direito aos conhecimentos construídos

desde as experiências societárias locais às universais, atentando para a revisão dos processos de exclusão que ocorrem por meio da evasão e repetência.

Promover a revisão ou elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas de forma coletiva e participativa, de modo que sejam contempladas as necessidades, especificidades e decisões das escolas e, ainda, a produção do conhecimento científico, humanístico, artístico, tecnológico e o desenvolvimento de valores éticos assentados na superação das desigualdades sociais;

Oferecer atenção especial às formas de avaliação classificatória e seletiva, e constituir formas de avaliação participativa diagnóstica, investigativa e emancipatória, considerando os tempos e ritmos de aprendizagem dos educandos, tendo como foco central o acesso à aprendizagem, sem exclusão, independente da condição individual;

Considerar as Tecnologias da Informação e as novas linguagens da Comunicação, como possibilidade de aprimoramento do processo de aprendizagem.

Democratização e Qualificação da Gestão Escolar

É nosso compromisso implementar a gestão democrática e a participação popular na educação, com o envolvimento de toda comunidade escolar – professores, funcionários, familiares e estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas.

Instituir canais de participação efetiva dos atores da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, incluindo aí a democratização das relações de poder desde a Secretaria Municipal de Educação até as escolas;

Recuperar ou instituir os Conselhos Escolares (professores, funcionários, familiares, estudantes, organizações sociais locais) como órgão máximo de deliberação na escola;

Fortalecer o Conselho Municipal de Educação e outros Conselhos envolvidos com as políticas educacionais.

Assegurar a eleição de diretores e vices, de forma direta e com a participação de todos os atores da comunidade escolar;

Apoiar/estimular a organização dos grêmios estudantis, associações de pais e dos trabalhadores em educação.

Valorização das/dos Profissionais da Educação

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, em suas diversas atividades pedagógicas, precisam, antes de tudo, ser considerados protagonistas do processo de aprendizagem. Considerando esse papel central, temos o compromisso com uma política de valorização desses profissionais, que passa por garantir boas condições de trabalho, formação permanente e

remuneração digna para as/os profissionais da educação.

Realizar diagnóstico permanentemente dos anseios e necessidades de cada categoria que atua na Educação e manter diálogo permanente com as entidades representativas dos profissionais de educação;

Promover a formação inicial e continuada das/dos trabalhadores da educação, considerando a especificidade das Escolas do Campo e Quilombola e buscar a parceria com universidades, institutos federais e movimentos sociais;

Desenvolver processos contínuos de formação e capacitação das equipes diretivas e Conselho Escolares, com apoio das Instituições de Ensino Superior;

Considerar a informática e as novas linguagens de comunicação como auxiliares a formação das/dos educadores;

Discutir, revisar e aprovar do plano de carreira;

Promover concurso público para suprimimento de novas vagas nos quadros da Educação, considerando as vagas para as Escolas do Campo e Quilombola.

Infraestrutura e Tecnologias

A adequação do espaço físico das escolas, da cidade e do campo, é fundamental para atividades de construção do conhecimento científico, da arte, cultura, esporte e lazer. A legislação já prevê a obrigatoriedade de instalações adequadas, com ventilação e luz natural, com espaços amplos, bibliotecas, laboratórios, áreas para prática de esporte, cultura e lazer, refeitório, cozinha e sanitários adaptados. Nesse momento de pandemia, a atenção precisa ser redobrada, pois os protocolos sanitários estão exigindo mais investimentos e cuidados especiais que se estenderão por tempo indeterminado.

Promover a construção, melhoria e ampliação dos espaços escolares, da cidade e do campo, agregando um plano de manutenção de laboratórios, quadras esportivas, parques e pátios para realização de eventos, visando uma formação humana integral e universal;

Garantir do acesso às tecnologias digitais, equipamentos, ferramentas de apoio pedagógico, acesso à internet com recursos públicos para todas as escolas e todas/todos os professores e estudantes.

Convênios e Parcerias

Como um mecanismo importante para dotar a administração de maior capacidade para oferecer uma educação de qualidade, construiremos parcerias com diferentes agentes, públicos e privados.

Estabelecer convênios aprimorando os mecanismos de acompanhamento, supervisão e qualificação das parcerias com as entidades filantrópicas, tendo em vista a ampliação e o

aprimoramento do atendimento às crianças de 0 a 5 anos;

Estabelecer parcerias com movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais que atuem com as questões ecológicas e socioambientais de nossa cidade e região, bem como os relacionados com os recursos hídricos, conservação dos solos, vegetação nativa, lixo, energias alternativas, agricultura e meio ambiente, para desenvolver esses conteúdos na rede de educação.

Estabelecer parcerias com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e faculdades privadas que possam contribuir com ações voltadas para o fortalecimento da educação e formação para o mundo do trabalho.

DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL



Montes Claros possui população total 413.487 habitantes, dos quais 95% vivem na área urbana. Nos últimos 20 anos a cidade passou por um intenso processo de expansão urbana. Novos bairros e conjuntos habitacionais impulsionam o crescimento da cidade. As áreas Norte, Sul e Leste têm sido o principal foco de ampliação do tecido urbano. Na parte Oeste da cidade, temos o complexo ambiental da Serra do Mel, que se configura como barreira biofísica, fazendo com que essa região seja foco de adensamento urbano, principalmente com verticalização e condomínios.

No espaço intraurbano é preciso reconhecer e valorizar a dinâmica policêntrica da cidade. Para isso, o poder público deve fortalecer as centralidades urbanas. Territórios como o Grande Major Prates, Grande Independência, Grande Maracanã, Grande Delfino e Grande Santos Reis são exemplos de centralidades em comércio e serviços que se adensam e se complexificam.

No entanto, Montes Claros é marcadamente um município desigual. É na cidade, em decorrência do contingente populacional e da complexidade urbana, que a desigualdade salta aos olhos. O direito à cidade é o direito à vida com qualidade para todos.

O Plano Diretor do Município não pode ser apenas um documento formal. Ele precisa refletir o planejamento urbano e rural para o presente e o futuro. Sua adequação tem de ser feita com ampla participação dos diversos setores do município e servir de guia para as ações públicas e privadas de desenvolvimento municipal.

Portanto, o governo municipal precisa construir o desenvolvimento urbano e rural para todos. Assegurar o direito à moradia digna, à mobilidade espacial, ao transporte público, ao trânsito seguro, à inclusão social e à participação cidadã. É fundamental disponibilizar equipamentos públicos de cultura, lazer, esporte, educação e saúde para todos os que vivem em Montes Claros, nos espaços urbano e rural.

A cidade é pólo regional e atrai diariamente um contingente populacional expressivo de outros municípios do Norte de Minas para ter acesso ao comércio e a serviços especializados. Assim, nossa infraestrutura urbana precisa ser dimensionada para uma cidade-região com grande população flutuante. Nessa perspectiva, é preciso um diálogo estreito com as prefeituras da região para o planejamento e ação integradas.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Política Urbana e Rural Inclusiva e Participativa

Implantar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural e garantir que sua composição represente os vários segmentos da sociedade;

Revisar e adequar o Plano Diretor de forma participativa para o combate à desigualdade urbana e rural, incluindo cronogramas de ações, obras e investimentos;

Elaborar um plano de ação para cada distrito de Montes Claros que identifique suas necessidades e potencialidades;

Implementar o Estatuto das Cidades e notificar os imóveis ociosos com o auxílio de tecnologias digitais e colaborativas;

Garantir a ampliação e eficácia das áreas de Zonas Especiais de Interesse Social, áreas destinadas a assentamentos habitacionais para população de baixa renda, existentes ou novos;

Promover o debate público sobre a criação da Região Metropolitana de Montes Claros de forma a implementar soluções conjuntas para as necessidades regionais.

Mobilidade urbana e rural

Ampliar os recursos do Fundo Municipal de Investimentos para assegurar a melhoria da infraestrutura da cidade, distritos e comunidade rurais;

Redistribuir equitativa, eficiente e ambientalmente o espaço viário, com prioridade aos pedestres, ciclistas e ao transporte coletivo;

Fomentar o uso de matrizes energéticas menos poluentes no transporte público para reduzir a poluição do ar e a emissão de gases estufa;

Aumentar a infraestrutura intermodal em terminais e nos bairros para que em uma mesma viagem o usuário utilize diversos modos de transporte – ônibus, bicicleta, etc;

Promover a manutenção permanente das vias e implantar progressivamente a pavimentação ou calçamento nos bairros sem essa infraestrutura;

Adequar gradativamente pontes e viadutos ao fluxo atual de veículos e pedestres;

Buscar recursos para implementar a alça norte do Anel Rodoviário;

Ampliar a rede de ciclovias e ciclofaixas, principalmente, nas avenidas que são corredores de tráfego;

Melhorar as condições de acessibilidade nas calçadas e passeios públicos;

Implantar um programa permanente de educação para o trânsito voltado para crianças em idade

escolar e adultos em geral, ou seja, pedestres, condutores e passageiros;

Recuperar as estradas rurais para viabilizar o transporte da produção agropecuária, transporte escolar e mobilidade da população rural.

Habitação

Apoiar um serviço de moradia capaz de incluir populações de baixíssima renda e população em situação de rua;

Destinar os terrenos e edifícios públicos vazios do município para a produção de moradias de interesse social, em contraponto às propostas de privatização desses imóveis;

Apoiar a autogestão com assistência técnica à Habitação de Interesse Social, voltada à produção, reforma, melhoria, urbanização e regularização fundiária;

Desenvolver ações de médio e longo prazo na solução de conflitos em áreas ambientalmente frágeis ocupadas por população pobre, combinando direitos humanos e preservação ambiental, transferindo moradores de áreas de risco para habitações de interesse social;

Garantir o acesso das camadas populares ao sistema de Justiça para efetivar direitos ligados ao uso do solo e à função social da terra – como o direito à moradia, direito à mobilidade e ao saneamento;

Promover a regularização fundiária no município;

Fomentar parcerias, projetos, assessorias e demais formas de colaboração entre governo, universidades e faculdades de Montes Claros para elaboração de diagnóstico habitacional urbano e rural.

Cidade Policêntrica

Estruturar as diversas formas de ocupação residencial e assentamentos humanos com bens de consumo coletivo e serviços públicos essenciais de qualidade de vida: creches, escolas, unidades de saúde, estruturas de esporte e lazer;

Valorizar a sociabilidade e a força econômica dos territórios urbanos com a melhoria da infraestrutura pública para o desenvolvimento do comércio e serviços;

Realizar planejamento participativo dos territórios urbanos;

Apoiar o associativismo e cooperativismo;

Promover a melhoria e a construção de novos espaços públicos com qualidade ambiental, urbana e paisagística, incluindo ruas, praças e parques nos bairros.

Recuperação de áreas verdes e praças

Recuperar esses espaços para a cidade, reestruturando-os com a implantação de equipamentos e mobiliário, jardinagem e paisagismo, de modo que possam ser utilizados para o lazer e em programações culturais e esportivas;

Promover a arborização e o ajardinamento dos espaços públicos em parceria com entidades de bairro e com moradores com orientação adequada de conservação.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E MEIO AMBIENTE



Montes Claros é nossa casa, é nosso patrimônio ambiental-cultural e ela está em risco, desorganizada, nosso patrimônio sendo dilapidado. Já perdemos muitas nascentes, córregos, lagos, vegetação, biodiversidade. Não estamos cuidando bem de nossa casa comum. Temos problemas de água, energia, lixo, calor excessivo. Utilizamos de forma errada nosso patrimônio natural e precisamos recuperá-lo e mantê-lo. Todos e todas precisamos cuidar de nossa casa, para viver bem e ter saúde.

A principal diretriz do Plano Ambiental para Montes Claros é promover a transição ecológica rumo à sustentabilidade de nossa cidade, intervindo no presente e preparando-a para o futuro. Partimos da compreensão do ambiente como um meio dinâmico que envolve sociedade – natureza, e que é fundamental garantir a cidadania para todos os seus moradores.

O ambiente do nosso município não deve ser visto como um problema, um obstáculo para o desenvolvimento local. Pelo contrário, devemos assumir a visão e a prática de que a mesma pode constituir-se em oportunidades para a geração de renda e empregos que irá melhorar, de forma estruturante, a vida das famílias e o futuro da cidade.

É urgente mudar. Ser uma cidade sustentável deve ser meta prioritária e a perpassa de gestão ambiental pode contribuir com esta transição com base na adoção de projetos que partam de diagnósticos da realidade socioambiental e orientados por boas políticas todas as dimensões da gestão municipal.

Transição ecológica para bem viver na cidade e no campo

Consideramos a transição ecológica como um processo estratégico voltado para uma sociedade do bem viver. Isso quer dizer que devemos considerar a questão ambiental, o modo de produção, a agroecologia e a economia de baixo carbono como aspectos a serem integrados a partir da ação do Estado e da participação da sociedade;

A transição ecológica aponta para uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, da adoção de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes, como as de informação e de comunicação, de biotecnologia, de agricultura de baixo carbono e, também aquelas vinculadas à economia circular (eficiência energética, uso de materiais, reciclagem etc.), a agroecologia;

É preciso reverter a dinâmica de ruptura ecológica atual, utilizar a natureza em nosso favor.

Coerente com essa visão, a Transição Ecológica deve inspirar políticas que contribuam para instituir outros valores e referenciais de consumo, de produção, colocando a segurança alimentar e saúde como prioridade;

Assumir a Transição Ecológica como eixo norteador da gestão, é amadurecer as políticas públicas a partir dos princípios da sustentabilidade. Considerando nossa visão sobre o Brasil, Minas Gerais e Montes Claros e a sociedade que queremos e precisamos construir para avançarmos no século XXI.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Enfrentamento ao aquecimento global – Assegurar conforto térmico e bem estar

Montes Claros, em especial, já está sofrendo com o aquecimento global que afeta diretamente os cidadãos para além da questão das altas temperaturas na cidade, das ilhas de calor. Temos como desafios a questão do abastecimento hídrico, a desregulação das chuvas, a adequação da produção agropecuária neste novo contexto.

Construir o plano municipal de mudanças climáticas com vistas a orientar as políticas urbanas de uso e ocupação do solo, transportes, saneamento, habitação, emergências e saúde pública, entre outros;

Implementar o Observatório Ambiental Municipal, com objetivo de auxiliar a gestão e o monitoramento do território, criando mecanismos para otimizar os processos de tomada de decisões e produzir indicadores para o monitoramento ambiental do município;

Realizar parcerias entre o Observatório Ambiental do Município de Montes Claros e organizações de bairros, escolas e movimentos sociais;

Aumentar a arborização de rua para amenizar a temperatura, melhorar a umidade e proporcionar sombra;

Ampliar a vegetação e criar massas d'água nas praças centrais para renovação do ar fresco para oferecer uma permanência mais agradável, já que há grande circulação de pessoas nesses locais;

Melhorar da arborização das avenidas sanitárias, tendo em vista a ilha de calor identificada nesses pontos

Criar lagoas, como a Lagoa Interlagos, para a amenização higrotérmica, com efeito maior na umidificação do ar na época seca;

Estimular, através da legislação, o uso das áreas permeáveis para a criação de áreas verdes, com o duplo intuito de melhorar a drenagem pluvial e possibilitar o refrescamento no entorno da edificação;

Criar ciclovias para que o uso de bicicletas se torne massivo, implementando bicicletários públicos, para dar conforto e segurança desse meio de transporte;

Tornar Montes Claros mais “caminhável”, mais agradável para os pedestres, para incentivar os deslocamentos a pé;

Construir bacias de amortecimento de grandes precipitações, agricultura de baixo carbono, armazenamento da água de chuva, cultivos e tecnologias adaptadas;

Promover a educação ambiental para estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, bem como pelo consumo responsável.

Saneamento

A garantia do acesso ao saneamento básico entendido como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento dos resíduos sólidos e limpeza urbana; e manejo das águas pluviais urbanas para toda a população é um dos grandes desafios para todas as cidades. Apesar da lei federal nº 14.026/20, que buscou enfraquecer o papel do município como titular e concedente do saneamento básico, ter sido aprovada, acreditamos que o município tem um papel essencial na regulação dos serviços e dos investimentos na cidade, inclusive nos casos em que os mesmos estão a cargo de companhias estaduais ou empresas privadas.

Estruturar a AMASBE – Agência Municipal de Água, Saneamento e Energia de Montes Claros, para que ela fiscalize a execução do plano de trabalho da COPASA previsto para Montes Claros;

Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico do município.

Abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto e proteção dos mananciais

Rever o plano de trabalho de investimentos da COPASA no município para ampliar e modernizar a rede pública de fornecimento de água, com especial atenção para aos distritos e comunidades rurais;

Garantir às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda o acesso à tarifa social;

Adotar o reuso de água nas atividades e edificações da prefeitura e incentivar as empresas e a população a fazer o mesmo;

Assegurar a gestão da água com a preservação das nascentes e dos mananciais, promovendo a despoluição e recuperação de nascentes, rios e mananciais degradados;

Revegetar áreas degradadas para conservação do solo e da água em áreas urbanas e rurais;

Implantar parques e ampliar áreas protegidas;

Promover a proteção ambiental de áreas fundamentais para a recarga dos aquíferos pelas próprias famílias ou proprietários rurais, utilizando recursos e projetos de fundos ambientais, municipal, estadual nacional ou internacionais;

Implementar o Ecocrédito orientado para que as famílias e proprietários rurais invistam na preservação e recuperação de nascentes e margens de córregos e rios.

Implantar sistemas de coleta e armazenamento da água da chuva, construindo cisternas e reservatórios domiciliares e públicos;

Implantar poços e barragens subterrâneos, barraginhas e barreiros, com base nos princípios de armazenamento, disponibilização e socialização da água de qualidade para os seus diferentes usos;

Participar ativamente no Comitê de Bacia Hidrográfica, visando melhorar a gestão ambiental dos recursos hídricos na região;

Assegurar que a COPASA aumente progressivamente a coleta e o tratamento de esgoto, mantendo rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto.

Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade dos imóveis estarem ligados à rede de esgoto.

Gestão integrada de resíduos sólidos

A coleta e o tratamento de resíduos sólidos é um aspecto relevante da transição ecológica necessária. Montes Claros ainda desenvolve ações na área com a lógica do século passado. A coleta seletiva na cidade está muito aquém do que poderia ser e não aproveita o potencial de geração de emprego e renda dessa atividade. Além disso, se nem mesmo a questão do lixo tradicional está adequadamente enfrentada, a do lixo eletrônico e dos resíduos industriais carecem de efetivo monitoramento para evitar danos graves à população e ao meio ambiente.

Implementar gestão integrada da coleta, reciclagem e destinação de resíduos sólidos, com as finalidades sanitária, de proteção ambiental e de geração de renda para as populações vulneráveis;

Adotar modelo tecnológico moderno e de baixo custo, construindo unidades ou módulos menores, seguindo os princípios de minimização, descentralização, segregação, reciclagem e compostagem, proporcionando qualidade, racionalidade, preservação e recuperação ambiental;

Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos com a implementação de um amplo programa de reciclagem e compostagem, incluindo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ao sistema;

Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e demais atores da cadeia de resíduos sólidos: produtores, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou

privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores;

Desenvolver programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem residencial;

Fortalecer a fiscalização para a Logística Reversa prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que prevê que pneus, óleos lubrificantes e lâmpadas fluorescentes retornem aos fabricantes, sendo coletados de forma independente do serviço público de limpeza urbana. A lei foi criada, mas não existe fiscalização e poucas pessoas cumprem essa legislação o que onera diretamente o município, pois ele acaba virando o responsável por esse lixo.

Drenagem

Elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar soluções e implantar controle e monitoramento desses eventos;

Fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos;

Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.

Agricultura urbana e periurbana

As iniciativas de agricultura urbana em Montes Claros podem promover o bem-estar e bem viver aos cidadãos montesclarenses, permitindo a produção de comida de verdade e saudável, fortalecendo a economia local e circular e o comércio justo e solidário. Tais iniciativas podem ser direcionadas especialmente aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, ambiental, lidando simultaneamente com uma ampla variedade de desafios ligados ao desenvolvimento local, de modo efetivo em termos de custos e benefícios. Estas experiências de agricultura Urbana e Periurbana são exitosas em muitas cidades de todo o mundo. Como os CEVAES, em Belo Horizonte, e têm capacidade de captação de recursos, além de significarem um espaço real e necessário para incluir a alimentação no planejamento das cidades, em parceria com os moradores, grupos cívicos e lideranças comunitárias.

Desenvolver uma Rede Urbana e Periurbana de Agroecologia de Montes Claros em áreas estratégicas para a ocupação e manutenção dos espaços “verdes” da cidade e formação de núcleos nos bairros e distritos;

Estimular a agricultura familiar com princípios agroecológicos que garantam a manutenção de variedades e cultivos locais, práticas tradicionais de manejo e desenvolvimento rural sustentável, com redução do uso de agrotóxicos.

Energia limpa e acessível

A mudança da matriz energética é um elemento fundamental da transição ecológica. Apesar da maior parte das ações relacionadas a isso não ser da alçada municipal, há ações que poderão ser desenvolvidas pela prefeitura

Iniciar a conversão da frota de transporte coletivo e dos veículos da frota municipal para tecnologia menos poluente;

Implantar sistemas de energia solar em prédios e equipamentos públicos, inclusive com a instalação de usinas solares de maior porte;

Desenvolver campanhas para induzir o uso de energias renováveis e a substituição gradual dos combustíveis fósseis por outros de menor potencial de emissão de gases de efeito estufa;

Viabilizar o acesso e utilização da plataforma “Enerflix” lançada em 2020 pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o objetivo de auxiliar os municípios na questão energética.

Participação popular

Montes Claros tem Conselho de Desenvolvimento Sustentável, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Plano Diretor, Secretaria Municipal do Meio Ambiente que podem estruturar uma política que promova transformações positivas no cenário ambiental municipal.

Formular as políticas de Transição Ecológica com a mais ampla participação cidadã e controle social;

Fortalecer processos de participação, como Orçamento Participativo, Audiências Públicas, Congresso da Cidade, entre outras iniciativas, visando concretizar e acompanhar (parlamento e sociedade) a Transição Ecológica no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Sustentável, Plano Plurianual, Planos de Políticas Públicas, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual;

Apoiar os Conselhos e as relações de representação bem como favorecer a articulação entre eles para a realização de políticas integradas.

SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ



A despeito da responsabilidade pela segurança pública ser prioritariamente uma atribuição do governo de Estado, a prefeitura tem um papel importante, sobretudo no que se refere à prevenção do crime e da violência. É no município que as pessoas vivem e sofrem com o crescimento acentuado da criminalidade. O governo municipal pode desenvolver ações de prevenção à violência, por meio da instalação dos equipamentos públicos, como iluminação e câmeras. Uma boa manutenção da cidade contribui para a inibição da criminalidade. Quando a administração municipal investe em emprego, educação, em lazer e esporte, em cultura, também está trabalhando pela segurança pública. Uma política social forte também reduz os atos violentos.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Gestão da Segurança Pública

Criar o Fórum Comunitário de Segurança Pública com participação da Polícia Militar e Polícia Civil e representantes da população de todas as regiões da cidade, como espaço para diagnóstico, discussão de ações a serem realizadas e avaliação de resultados;

Realizar um amplo diagnóstico da dinâmica da violência e do crime na cidade, ouvindo a PM, a Polícia Civil e representantes da sociedade civil de todas as regiões da cidade, que comporão o Fórum;

Buscar nas secretarias municipais dados relevantes para compor esse diagnóstico como, por exemplo, a Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde, que é uma fonte de informação essencial para a política de segurança, em especial, mas não somente, no que se refere à violência doméstica;

Promover e estimular a produção de dados sobre Segurança Pública em parceria com as universidades e institutos;

Estruturar as ações baseando-se no conceito de Segurança Cidadã, que combina ações preventivas territorializadas tanto de caráter policial, especialmente de inteligência, quanto ações sociais e urbanas, o que permitirá uma atuação sistêmica do município.

Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter social e urbano

Garantir iluminação pública nos bairros, por ser um fator importante para coibir a violência e os

crimes;

Implementar programação cultural, esportiva e de lazer nas praças e parques e abertura das escolas nos finais de semana, garantindo alternativas de entretenimento para todas faixas etárias, mas principalmente aos jovens;

Ampliar o Sistema de Videomonitoramento para melhorar a inibição da violência e o crime. As câmeras serão instaladas nas proximidades das escolas e nas principais vias da cidade. O Centro Integrado de Monitoramento pode, além da Guarda Municipal, reunir a PM e a Polícia Civil, para interagir e articular ações para prevenir e combater atos de violência; constituindo-se no Gabinete de Gestão Integrada Municipal;

Criar as condições legais e operacionais para recepção de imagens cedidas por câmeras privadas de condomínios, domicílios e empresas;

Implementar também um sistema de câmeras, em determinadas pontos da cidade, que seja capaz de efetuar reconhecimento facial e de placas de veículos;

Criar um sistema de barreiras nas principais rodovias de acesso à sede do Município (BR 135, BR 251, BR 365);

Fiscalizar atividades comerciais e de serviços, em torno das quais os crimes são realizados, adotando medidas para impedir que isso aconteça;

Fortalecer a Defesa Civil com mais recursos materiais e humanos, objetivando prevenir desastres de grandes proporções, contando com o envolvimento da comunidade;

Fomentar a criação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública nos bairros, que serão espaços nos quais a população poderá discutir e propor soluções aos órgãos competentes sobre os problemas existentes na segurança pública local;

Desenvolver campanhas que fortaleçam a Cultura da Paz na cidade, em parceria com universidades e outras instituições.

Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter policial

Fortalecer a Guarda Municipal, que será a principal referência de política preventiva da cidade com uma ação complementar àquela realizada pela Polícia Militar;

Dotar a Guarda Municipal de novos equipamentos, como computadores, viaturas e armamentos não letais, para a devida execução de suas atribuições;

Investir em tecnologia para a segurança pública, com aquisição de equipamentos e infraestrutura aptos a potencializar, combater delitos, inclusive na zona rural;

Aumentar o efetivo da Guarda Municipal para melhor desempenho em todos os territórios da

cidade;

Implementar a Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal

A Guarda Municipal priorizará:

Segurança Escolar com presença de guardas, combinada com ronda veicular preventiva, especialmente na entrada e saída dos alunos, que promovam interação com a comunidade escolar e do seu entorno;

Fiscalização e orientação do trânsito, contribuindo para diminuir os acidentes, que são uma das principais causas de morte nas cidades;

Policiamento Preventivo, inclusive nos equipamentos públicos;

Ronda Maria da Penha, visando evitar a violência contra as mulheres;

Programa de Mediação de Conflitos em parceria com o Poder Judiciário com o objetivo de resolver pequenos conflitos, por meio do diálogo.

Relação com instituições estaduais e federais

Articular com as instituições das esferas federal e estadual - Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal- para ampliar e melhorar o desempenho de suas funções no município, inclusive atuando em conjunto com a Guarda Municipal;

Pleitear, junto à Polícia Civil, a ampliação do número de delegacias de polícia especializadas, tais como de crimes ambientais, contra o consumidor, entre outras.

Realizar tratativas, com o Tribunal de Justiça, para que Montes Claros, sede de uma comarca integrada por sete municípios, tenha ao menos mais uma vara criminal, a fim de proporcionar mais celeridade na tramitação e julgamento de processos criminais;

Reivindicar, junto à Defensoria Pública Estadual, a ampliação do número de defensores públicos para defesa em juízo de pessoas que não possuam meios de constituir advogado.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL



A implementação de políticas sociais é essencial para reduzir a histórica desigualdade social e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. É preciso integrar as políticas e ações para enfrentar a miséria e assegurar os direitos sociais de forma universal, com foco na população mais vulnerável: crianças e adolescentes, população em situação de rua, pessoa idosa, pessoas com deficiência, população carcerária e egressos do sistema prisional, adolescentes privados de liberdade.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Proteção Social

O PT entende que nenhuma política pública deve ser compreendida como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, tradicionalmente, atribui-se essa condição. Por isso, irá:

Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fortalecendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS);

Ampliar e qualificar a rede de proteção social e prevenção aos segmentos vulneráveis - baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população em situação de rua, articulando esses serviços em rede;

Reterritorializar as áreas constituídas com subdivisões administrativas a Proteção Social Básica (PSB); Proteção Social Especial (PSE) com subdivisões de média e alta complexidade;

Aperfeiçoar a lei municipal que dispõe sobre a organização e operacionalidade do Sistema Único de Assistência Social;

Valorizar os profissionais da assistência social e implantar a política de educação permanente para esses trabalhadores, com incentivo àqueles que buscam o aperfeiçoamento permanente;

Garantir atendimento prioritário das ações da Assistência Social aos beneficiários dos programas de transferência de renda em interface com as políticas de saúde, educação, habitação, cultura e outras, visando à emancipação das famílias;

Implantar nos distritos rurais, que possuem maior concentração populacional, CRAS Rural, mantendo a equipe volante para atender as demais áreas rurais;

Estabelecer parceira com institutos de pesquisa e universidades públicas e privadas para a implantação de um observatório sobre violação de direitos;

Criar as Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) com vistas ao fortalecimento da participação dos usuários no controle social da política de assistência social;

Apoiar a criação, em parceria como Governo Estadual, do Centro de Referência em Direitos Humanos no município, tendo um comitê gestor composto pelos movimentos sociais;

Segurança Alimentar

Os efeitos da pandemia do COVID-19 aprofundaram a crise econômica que já afetava o país. O fim do auxílio emergencial provocará a perda da única renda de milhões de famílias no Brasil. Com o agravamento da crise econômica, a fome voltou a atingir um contingente bastante grande de famílias, por isso é preciso desenvolver ações de segurança alimentar para assegurar condições de sobrevivência a essas famílias com a articulação das diversas políticas públicas municipais capazes.

Reabrir o Restaurante Popular para assegurar o direito de acesso a uma refeição saudável;

Adquirir produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e para distribuição às famílias vulneráveis;

Criar o Banco de Alimentos, estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos e distribuição para pessoas em vulnerabilidade;

Incentivar a criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, com o objetivo de realizar geração de renda no território.

Fomentar atividades de educação alimentar e nutricional, promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade;

Criança e Adolescente – Proteção e Promoção Social

Fortalecer e ampliar a capacidade de atendimento dos programas contra todas as formas de violência decorrentes de negligência, abuso, maus-tratos, exploração sexual e crueldade;

Implantar o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com a participação de entidades que realizam o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de abrigo;

Implementar o Plano Municipal de proteção integral da criança e adolescente;

Promover articulações com o Governo Federal e Estadual para captação de recursos financeiros, ampliando a oferta de serviços à criança, ao adolescente e às suas famílias;

Aderir ao Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para fomento e apoio a planos, programas e projetos municipais/regionais de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência e ao adolescente em conflito com a lei, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria Estadual de Defesa Social;

Estruturar as instituições de acolhimento para funcionar na modalidade de Casa de Passagem e república. Implantar casas lares para acolher crianças e adolescentes (grupo de irmãos) e ampliar o Serviço Família Acolhedora em parceria com o Estado;

Atuar na erradicação do trabalho infantil;

Criar serviço de acompanhamento psicossocial de adolescente aprendiz como método preventivo aos possíveis adoecimentos, acidentes e outras situações que podem advir das exigências postas pelo mundo do trabalho;

Ampliar o contingente de conselheiros tutelares visto que o município possui população que demanda a implantação de novas equipes;

Ofertar serviços comunitários de modo a ampliar a rede de proteção social ao adolescente e jovem no território de origem.

População em Situação de Rua

Reordenar a Política Municipal de Abordagem da População em Situação de Rua e criar mecanismos para o funcionamento 24 horas do Centro de Referência Especializado para a Pessoa em Situação de Rua (PSR) hoje realizado pelo Centro-POP.

Assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou, familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Garantir abrigos com acessibilidade para mulheres e para homens com atendimentos específicos;

Fortalecer o Comitê Municipal de monitoramento da população em situação de rua;

Dar acesso à moradia, integrando ao bolsa moradia e aluguel social;

Implantar consultório de rua de maneira intersetorial para que o consultório possa ter uma equipe maior de acompanhamento e atendimento;

Firmar parceria com universidade para realização de um censo da população em situação de rua podendo se inserido num observatório sobre os direitos humanos;

Incluir as pessoas em situação de rua no Cadastro Único dos programas assistenciais do governo federal;

Pessoa Idosa

Ampliar as condições de utilização, pelos idosos, dos espaços existentes, com ofertas de serviços e atividades de convivência, incluindo o atendimento específico aos que estão em situação de vulnerabilidade;

Implantar um cento de convivência cultural e social intergeracional central e itinerante na área

rural;

Ampliar o programa Pontos de Encontro, sobretudo nos bairros com maior concentração de pessoas idosas;

Incentivar agências e operadores de turismo a promover atividades de lazer e turismo para a população idosa;

Incentivar a produção cultural e de lazer;

Promover a valorização da pessoa idosa e a conscientização familiar quanto às suas necessidades e direitos;

Ampliar, por meio de parcerias, o Programa de Cuidadores de Pessoas Idosas;

Ampliar e readequar o Centro Dia da Pessoa Idosa.

Pessoas com Deficiência

Implantar políticas e programas desenvolvidos pelo governo federal de forma integrada às políticas e programas locais para pessoas com deficiência, descentralizando a oferta dos serviços;

Garantir o cumprimento da legislação voltada a esse segmento, pelo próprio poder público e pela iniciativa privada;

Aprimorar as ações da Escola de Educação para pessoa com deficiência;

Estimular o trabalho voluntário de assistência à pessoa com deficiência;

Desenvolver campanhas educativas sobre os direitos das pessoas com deficiência;

Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência, promovendo a adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos, o transporte especial, o acesso a órteses e próteses e a capacitação de familiares para a reabilitação baseada na comunidade;

População carcerária e egressos sistema prisional

Construir abordagem e atendimento com vistas a mediar a situação dos egressos do sistema prisional, facilitando o diálogo entre o sistema sociojurídico e as políticas de assistência social já existentes, propiciando assim o efetivo atendimento dessa população;

Garantir a execução da lei municipal que determina a oferta de 5% das vagas de trabalho em obras e serviços licitados ou contratados pela administração pública a egressos do sistema penitenciário e pessoas em situação de rua;

Adotar abordagem intersetorial entre CREAS e serviços públicos e mistos, que atuam na mediação de conflitos e/ou atendimento ao egresso do sistema prisional, com vistas a garantir o rompimento do ciclo de repetição de atos ilícitos que possam reinstitucionalizar homens, mulheres e adolescentes.

IGUALDADE E GARANTIA DE DIREITOS



A sociedade brasileira é muito diversa e nossa cidade não é diferente. É necessário reconhecer as diferenças de gênero, raça, de orientação sexual e de capacidades que resultam em profundos processos de discriminação que acentuam as desigualdades. Teremos políticas públicas concretas que protejam essas pessoas, dando oportunidades para uma vida plena. Essas políticas terão como característica comum enfrentar as várias dimensões da desigualdade vividas. Além disso, realizaremos campanhas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem o preconceito, a discriminação e a exclusão social de qualquer natureza.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Políticas para Mulheres

Vivemos tempos de intensificação dos ataques à vida e aos direitos das mulheres. É preciso construir políticas públicas intersetoriais que propiciem:

Consolidar e potencializar o Centro de Referência da Mulher como porta de entrada para as diferentes políticas de defesa dos direitos da mulher;

Implantar políticas geradoras de autonomia econômica como capacitação profissional;

Gerar emprego e renda para mulheres do meio rural e urbano, com estímulo a criação de cooperativas;

Ampliar vagas em creches públicas;

Fortalecer a rede de proteção e combate à violência contra a mulher e promover a assistência integral àquelas que sofreram violência doméstica e sexual, e às meninas que sofreram abuso sexual;

Garantir aluguel social para mulheres vítima de violência;

Constituir serviço com equipe profissional de acompanhamento à mulher vítima de violência;

Fortalecer a Frente Regional de Combate à Violência à Mulher;

Capacitar de forma contínua os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS e da Educação para maior proteção das mulheres de todas as idades;

Fazer gestão junto à Polícia Militar para ampliação do Programa de Prevenção de Violência Doméstica (PPVD) com o aumento do número de patrulhas e policiais treinados e expansão do programa para a zona rural;

Fazer gestão junto ao Fórum Gonçalves Chaves para criação de um Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar;

Fortalecer as ações de atenção à saúde integral da mulher, com atendimento humanizado, em todas as fases de seu ciclo de vida;

Criar e fortalecer os conselhos de políticas para as mulheres e estimular a auto-organização delas em nossa cidade, contribuindo com sua luta por direitos;

Constituir parcerias com pastorais e movimentos que tenham atendimentos as mulheres em situação de violência, com a constituição de núcleos de escutas e atendimento de mulheres nos bairros periféricos;

Oferecer abordagem e atendimento às mulheres privadas de liberdade e egressas, incluindo as mesmas no programa de atendimento de saúde, educação, direitos e cidadania.

Combate ao racismo e garantia de direitos à população negra

O racismo estrutural presente na sociedade brasileira é inadmissível e precisa ser firmemente combatido. Por essa razão, é importante promover políticas transversais de promoção da igualdade racial e de oportunidades, inclusive aquelas voltadas à prevenção da violência contra a juventude negra, com programas que reduzam sua mortalidade e encarceramento.

Fortalecer as ações de atenção integral à saúde da população negra, com ênfase nas especificidades dessa população e das doenças físicas e mentais decorrentes do racismo;

Desenvolver políticas públicas que gerem oportunidades de trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de empreendedorismo;

Inserir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme estabelece a lei;

Desenvolver campanhas contra o racismo e pela valorização das religiões de matriz africana.

Instituir cotas para pessoas negras nos concursos municipais, além da obrigação constitucional de cota para pessoas com deficiência;

Políticas para a comunidade LGBTQIA+

Para que o respeito e o reconhecimento das identidades de gênero e suas expressões, além da livre orientação sexual se tornem realidade, será necessário:

Criar o Centro de Referência para a População LGBTQIA+ como porta de entrada para as diferentes políticas de defesa dos direitos dessa população, articulando uma rede de proteção, minimizando as vulnerabilidades a que esta comunidade é submetida;

Garantir a inclusão, o respeito e permanência dessa população nas escolas por meio da formação continuada de todos os profissionais que atuam no ambiente escolar, desde a portaria até a sala de aula;

Facilitar a adoção do nome social com criação de protocolos específicos;

Promover a saúde integral da população LGBTQIA+, com ênfase na saúde mental, como forma de prevenção ao suicídio, sobretudo da juventude;

Adotar programas específicos de qualificação profissional e geração de emprego e renda para fazer frente à discriminação;

Capacitar de forma contínua os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS, da Educação, entre outras, para maior proteção dessa comunidade.

Criar espaços para acolher a população LGBTQIA+ expulsa de casa pelas famílias ou vítimas de violência e discriminação, bem como aconselhamento a pais de adolescentes LGBTQIA+;

Estabelecer uma agenda municipal de eventos que divulguem as culturas LGBTQIA+.

JUVENTUDES



As juventudes são muitas, não só pela sua diversidade, mas principalmente pelas desigualdades. Nesse sentido, é essencial que se procure compreender as diferentes situações e condições que configuram a realidade das 'juventudes' em suas realidades diversas, com possibilidades e ameaças muito distintas. Ser jovem no espaço urbano contemporâneo significa, principalmente nas áreas periféricas, vivenciar violências objetivas e simbólicas que em muito influenciam a construção da identidade juvenil: a dificuldade de acesso ao transporte e a serviços de saúde, as condições precárias de moradia e trabalho ou mesmo a invisibilidade das suas linguagens e produções culturais.

A cidade se revela, portanto, como um espaço de contradições, de constante negação de direitos e de segregação. Nesse contexto, e entendendo a centralidade das expressões artísticas e culturais na construção da identidade dos/as jovens, é importante afirmar e evidenciar a falta de acesso à cultura como forma de violência. Se a arte e o lazer não estão colocadas para todos/as os/as jovens da mesma forma, não cumprem seu papel enquanto ferramentas de emancipação e construção crítica. Essa negação reforça, legítima e perpetua a exclusão social.

O governo do PT assegurará os direitos específicos da juventude, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Juventude, inclusive com uma política de segurança cidadã que não encare a juventude como inimiga.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Política Municipal de Juventude

A participação social e popular da juventude deverá ser incentivada e nortear a construção de políticas públicas que afirmem e promovam os direitos sociais das juventudes em toda sua diversidade:

Instituir o Conselho Municipal de Juventude, bem como os Conselhos de Juventude Territoriais, principalmente nos bairros periféricos;

Organizar as Conferências Territoriais de Juventude, principalmente nas periferias;

Realizar a Conferência Municipal de Juventude, como espaço de participação direta das juventudes nas decisões sobre políticas públicas;

Construir o Plano Municipal da Juventude com as diretrizes, prioridades e estratégias de ação, a partir das discussões nos Conselhos Territoriais e no Conselho Municipal de Juventude.

Acesso a Direitos

Retomar a política de cursinhos preparatórios gratuitos nos bairros para ingresso nas universidades e institutos;

Mapear e construir parcerias com a rede de Cursinhos Populares existentes no município;

Construir parcerias com as Universidades do município para oferta de atividades extracurriculares, no contra-turno escolar;

Desenvolver ações de educação sexual, visando à prevenção da gravidez precoce e indesejada e da AIDS/DST;

Apoiar a formação da Rede Ruas e Campos, articulação interinstitucional que trate de temas caros às vivências juvenis na cidade e no campo, estabelecendo o Portal dos Jovens, com informações elencadas a partir de tal articulação.

Trabalho, Emprego e Renda

Promover cursos de qualificação e capacitação profissional para jovens, inclusive em parceria com as universidades locais e instituições como Sebrae.

Fomentar o empreendedorismo de jovens que atuam na informalidade por meio da qualificação profissional e do acesso ao crédito;

Estimular a criação de cooperativas organizadas por jovens na área urbana e rural;

Criar um Programa de Seleção de Cooperativas, que tenham alguma finalidade produtiva ou de prestação de serviços, para investir na sua capacitação técnica e apoiar a comercialização dos produtos ou a prestação do serviço.

Direito à Cidade, Cultura, Esporte e Lazer

O jovem é um ser social que se constrói a partir de suas relações afetivas, da sociabilidade. Assim, o direito à arte, ao esporte, ao lazer e a se locomover na cidade cumpre papel fundamental de promover a emancipação e a construção dos jovens enquanto sujeito social.

Criar política de estímulo à produção artística da juventude, com especial atenção à juventude da periferia, que promova a exibição, difusão e comercialização da produção cultural. As Caravanas Culturais, compostas por equipe de artistas, produtores e formadores, serão um dos instrumentos de apoio nos locais onde há menor acesso a equipamentos culturais;

Criar o Pedaço das Juventudes, espaço destinado a abrigar manifestações culturais das juventudes, que contemple a diversidade de estilos e preferências artísticas;

Promover financiamento de coletivos juvenis que se apropriam de espaços públicos, urbanos ou rurais, para promoverem experiências culturais e artísticas como batalhas de rimas, saraus,

debates, mostra audiovisual, grafites, dentre outras;

Estabelecer o Circuito Jovens do Campo, programa de turismo cultural que promova a circulação e inserção de jovens em experiências rurais de forma a possibilitar o intercâmbio entre a vivência na cidade e no campo;

Ampliar, qualificar e descentralizar atividades de esporte e lazer nos espaços públicos: praças, equipamentos esportivos e escolas;

Oferecer experiências esportivas e de lazer caras aos jovens na contemporaneidade, indo além das tradicionais práticas esportivas, e construir espaços e equipamentos, sobretudo em áreas periféricas, que contemplem essa diversidade de práticas.

Institucionalizar eventos culturais itinerantes. Trata-se de eventos itinerantes que contemplem, mensalmente, apresentações musicais em diferentes pontos da cidade.

Combate ao Extermínio da Juventude Negra

Instituir o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, com o objetivo de reduzir a violência e o encarceramento desmedido;

Promover o debate crítico sobre os padrões de violência contra a juventude negra, ampliando a oferta de ações específicas para jovens de 15 a 29 anos, em situação de vulnerabilidade, para fomentar trajetórias de inclusão e autonomia;

Promover o aprimoramento da atuação institucional por meio de ações que sensibilizem agentes para o enfrentamento ao racismo e estigmas contra a juventude;

Estimular o cumprimento do ECA para que jovens e adolescentes possam cumprir as medidas socioeducativas de maneira adequada, com garantia da sua escolarização e profissionalização para o mundo do trabalho;

Promover a criação de condições para assegurar o cumprimento de liberdade assistida e prestação de serviços comunitários.

ESPORTE E LAZER PARA TODOS



O esporte não pode ser um privilégio das classes mais abastadas e nem ser visto como a simples prática de uma atividade física, mas como forma de promoção da saúde física e mental e como modo de incentivar a convivência e a sociabilidade. É preciso garantir a toda população o acesso ao esporte e ao lazer em seus bairros e comunidades, fazendo das escolas municipais uma âncora para a prática esportiva em regiões carentes de infraestrutura específica.

Para isso, iremos utilizar os espaços públicos, praças e ruas, estimulando os momentos de convívio entre gerações por meio de jogos e outras práticas coletivas. Atenderemos também demandas de skatistas e ciclistas, com a implantação de estruturas adequadas às suas práticas esportivas de forma descentralizada na cidade.

Essas propostas serão desenvolvidas a partir de um planejamento democrático e participativo, procurando resgatar e preservar a memória do esporte como uma das bases da construção da identidade local e popular.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Instituição do Sistema Municipal de Esportes e Lazer

Construir o Sistema Municipal de Esportes e Lazer para implementar uma política pública participativa e popular com controle social, sob a supervisão do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

Realizar a Conferência Municipal de Esporte e Lazer;

Elaborar um Plano Municipal de Esporte e Lazer para ocupação dos espaços públicos urbano e rural, articulado com as políticas de juventude e do idoso.

Equipamentos e Recursos humanos

Promover a construção, melhoria e ampliação dos equipamentos e espaços públicos de esporte e lazer;

Construir equipamentos comunitários modulares, que contemplem as manifestações artísticas e esportivas em um mesmo espaço público;

Abrir quadras poliesportivas das escolas para uso das comunidades;

Capacitar gestores, técnicos e lideranças esportivas comunitárias.

Esporte e Lazer nos espaços públicos

Construir uma programação esportiva e de lazer nos espaços públicos – praças, equipamentos esportivos e escolas – por meio das Caravanas do Lazer: programa itinerante que ofereça atividades de lazer para os bairros;

Implantar políticas públicas inclusivas, explorando a diversidade esportiva em atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência;

Implantar um Programa de Orientação de Atividades Físicas nas praças da cidade e nos espaços onde a população já realiza atividades;

Criar um programa de práticas de esporte e lazer para crianças em áreas periféricas;

Estabelecer parcerias com instituições de educação para a oferta de atividades esportivas, utilizando a infraestrutura destas instituições;

Incentivar a auto-organização das associações dos moradores locais de cada bairro para que atuem de forma coletiva na administração do uso dos espaços públicos;

Estabelecer parcerias para implementar escolinhas de esportes, ginástica para a terceira idade, cinema na praça, dentre outras ações nos bairros.

Eventos esportivos

Ampliar as ações de escolinhas esportivas nos bairros, qualificando os técnicos e apoiando-os com materiais esportivos adequados;

Fomentar e fortalecer os campeonatos municipais e de escolinhas comunitárias de formação esportiva;

Dialogar com as federações esportivas de forma a trazer para o município eventos regionais e nacionais, na perspectiva de fortalecer a prática esportiva da nossa população, inclusive no paradesporto;

Fortalecer os Centros Esportivos Comunitários, com apoio aos eventos esportivos nos bairros;

Apoiar a criação do campeonato de futebol feminino em Montes Claros;

Apoiar a realização de corridas de rua;

Incentivar a prática do ciclismo urbano e rural;

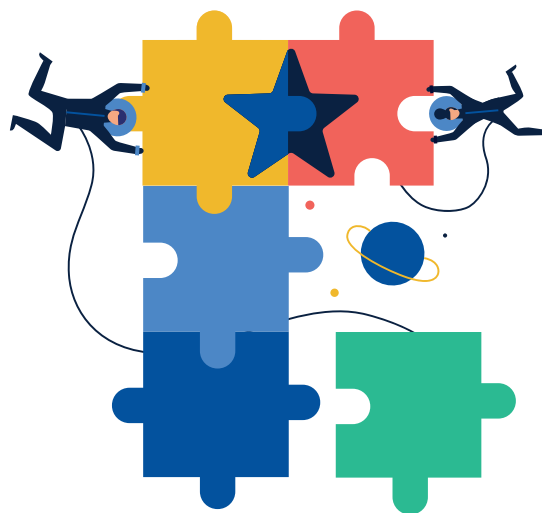
Criar o programa Bolsa Atleta para esportistas de alto rendimento que disputam competições representando o município.

Esportes da escola

Aprimorar as aulas de Educação Física, melhorando a infraestrutura e qualificando o corpo docente para ações educativas, tendo o esporte como um vetor de fortalecimento da cidadania;

Organizar jogos escolares, inclusive nas modalidades paradesportivas.

CULTURA PARA TODOS



A Cultura é elemento formador da identidade e autoestima de um povo e um direito do cidadão. Por isso, é essencial uma Política Cultural que valorize todas as expressões culturais da cidade e fortaleça a preservação do rico patrimônio histórico de Montes Claros, garantindo às futuras gerações o acesso à memória e à história.

Para além de um direito social, a cultura é também fator importante de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda, sendo papel do poder público garantir marcos legais de incentivo e fomento à produção cultural que apóiem os trabalhadores do setor, um dos mais afetados pela pandemia.

A instituição de um Sistema Municipal de Cultura permitirá a descentralização e democratização das expressões artísticas e será uma ferramenta importante no combate à desigualdade de acesso aos bens culturais. É preciso uma inversão de prioridade: os territórios periféricos estarão no centro da política cultural, política esta que será intersetorial e terá interfaces com a Educação, o Turismo, o Meio Ambiente, a Saúde e o Esporte e Lazer.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Instituição do Sistema Municipal de Cultura

Garantir o cumprimento da lei que instituiu o Sistema Municipal de Incentivo à Cultura – SISMIC, com a publicação anual de pelo menos um Edital para projetos culturais pensados e executados por pessoas físicas e jurídicas no âmbito do município e com recursos já previstos em lei da ordem de 1,5% do IPTU do exercício anterior;

Colocar em efetivo exercício os instrumentos de política cultural – Conselho Municipal de Cultura, Fundação Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura, fomentando a captação de recursos públicos e privados de forma a dar sustentação à política de cultura da cidade;

Elaborar um Plano Municipal de Cultura com metas e participação social, tendo como princípio que a concretização da política cultural requer algo além da ação da prefeitura, articulando os agentes culturais da cidade;

Efetivar o Conselho de Políticas Culturais;

Realizar, periodicamente, a Conferência Municipal de Cultura;

Realizar o Cadastro Cultural da Cidade com artistas, trabalhadores da cultura, gestores culturais, produtores, grupos culturais, povos e comunidades tradicionais.

Equipamentos culturais

Transformar as escolas municipais em espaços culturais nos finais de semana, de modo que as comunidades escolares possam usufruir de bens culturais produzidos pelos alunos e demais membros da comunidade, tanto nas escolas urbanas quanto rurais. As praças também devem contar com espaços para acolher as manifestações artísticas.

Implementar o Centro Popular de Cultura (CPC) no Armazém da Estação Ferroviária, espaço que atualmente está abandonado;

Reformar o Centro Cultural para garantir o acesso da população a esse espaço de formação cultural;

Retomar experiências exitosas como o Expresso Pequi e a participação de Montes Claros na Rede de Cultura do Norte de Minas como forma de contribuir para a criação de circuito regional de circulação de manifestações artísticas e culturais visando à emergência do mercado cultural norte mineiro.

Criar um circuito rural para apresentação das manifestações culturais típicas das comunidades rurais, durante suas festividades e para apresentações na sede municipal quando se tratarem de eventos culturais, como Festival Folclórico, Festa Nacional do Pequi, Festival Municipal de Quadrilhas e Folia de Reis.

Criar um mercado regional de artes e cultura a partir de uma parceria com a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE – AMAMS e as administrações municipais do entorno, articulando ações para criar um circuito cultural norte mineiro para fazer circular as produções artísticas desenvolvidas nos diversos municípios da região;

Implementar a incubadora de projetos socioculturais capaz de dar suporte aos agentes culturais para que concorram, em condições adequadas, aos financiamentos de suas produções artísticas;

Proteção do Patrimônio Cultural

Implementar uma política efetiva de proteção do Patrimônio cultural material e imaterial, garantindo a salvaguarda de bens móveis e bens imateriais, dentre eles, o reconhecimento em nível municipal das Festas de Agosto como Patrimônio Imaterial Identitário, e posteriormente, a solicitação de reconhecimento dos festejos junto à política estadual de patrimônio por meio do IEPHA.

Preservar o patrimônio arquitetônico da cidade, com tombamento de prédios, apoio para manutenção e incentivo à ocupação planejada para a preservação do acervo e da memória;

Consolidar o corredor cultural da cidade, contribuindo para o turismo cultural e geração de novas oportunidades de emprego e renda.

Festas Populares

Valorizar os festejos populares e os artistas locais, propiciando a descentralização dos eventos culturais e a criação de pólos nos bairros do município.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



Compartilhar o exercício do governo com a população, com escuta e mecanismos de participação é uma obrigação democrática e também a melhor forma de assegurar a qualidade de vida para as pessoas e o desenvolvimento sustentável da cidade. O exercício desta concepção de governo é, a nosso ver, a maneira mais concreta de construir a prática da cidadania ativa e aprofundar a cultura democrática no plano municipal. Essa concepção torna-se ainda mais importante tendo em vista os ataques que a democracia do nosso país têm sofrido por parte de lideranças autoritárias, que defendem retrocessos inaceitáveis e que beiram o estado fascista.

Iremos criar uma diversidade de canais de participação e estabelecer um completo Sistema de Participação, seja na discussão da destinação dos recursos públicos, seja nos conselhos de políticas públicas. A participação cidadã tem que vir acompanhada de mecanismos de controle social, ou seja, de monitoramento pela sociedade dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública.

O exercício da participação cidadã em paralelo com o controle social é que nos permitirá a construção de uma esfera pública democrática, onde os diferentes interesses dos diversos atores e segmentos sociais possam se expressar em igualdade de condições, com debate de ideias e negociação de propostas e soluções. Esses são poderosos instrumentos para superar a tradição clientelista e assistencialista da cultura política brasileira, que reproduz os privilégios de poucos, em detrimento dos interesses da maioria da população.

Participação e recursos públicos

O Orçamento Participativo (OP) será o principal mecanismo de escuta da população de Montes Claros. Numa conjuntura de crise econômica e redução das receitas municipais, o Orçamento Participativo será ainda mais importante, pois permitirá que o governo identifique com maior clareza as prioridades de cada região da cidade para aplicar os escassos recursos de forma sintonizada com as necessidades da população.

Em 2021, o Plano Plurianual (PPA) – que define as principais prioridades para os quatro anos de governo – será elaborado de forma participativa. Com isso, todo o planejamento do governo terá a participação popular e deverá orientar a ação da administração municipal ao longo do mandato,

bem como as futuras discussões do Orçamento Participativo.

O debate no âmbito do Orçamento Participativo envolverá as demandas da população, mas também as receitas e a política tributária. Será constituído o Conselho do OP, com representantes eleitos em encontros regionais e temáticos, que serão responsáveis por fazer o acompanhamento da execução das demandas incorporadas ao Orçamento de cada ano. Os conselheiros contarão com apoio técnico para o desenvolvimento de suas funções. Serão adotados mecanismos de retorno e informação aos conselheiros e à população sobre a execução das demandas incorporadas pelo OP.

DIRETRIZES E PROPOSTAS

Participação Cidadã nas políticas públicas

A participação da população será a bussola para a execução das políticas públicas, seja na gestão dos equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, entre outros), seja na definição das ações estratégicas para a cidade, com o fortalecimento de Conselhos, Fóruns Municipais e Conferências que promovam a ampla participação.

Consolidar os Conselhos e Fóruns existentes e apoiar a criação de novos, reafirmando sua condição de canal legítimo para interlocução do governo com a população, promovendo condições adequadas ao seu funcionamento;

Estimular a participação dos diversos segmentos da cidade nos conselhos gestores de políticas públicas, com especial atenção para os segmentos dos usuários de serviços e equipamentos públicos.

Condições adequadas para o exercício da Participação Cidadã

O exercício de participação precisa garantir igualdade de condições entre os participantes e com o governo municipal.

Utilizar recursos, técnicas e metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação e a expressão de ideias, levando em consideração a realidade e cultura de cada região da cidade e dos diferentes segmentos da população.

Fornecer informações transparentes apresentadas de forma clara, com recursos de visualização e outras estratégias capazes de tornar a participação do cidadão o mais fundamentada possível.

Adotar sistemas mais transparentes que ampliem o controle social do governo, incorporando plataforma de Dados Abertos, que organize e dissemine dados governamentais em formatos que permitam o livre acesso, o cruzamento e a construção de aplicações pelos cidadãos e cidadãs.

Realizar atividades de formação para os conselheiros sobre as políticas públicas, o funcionamento

da gestão, o papel dos canais de participação e a importância da gestão democrática, na perspectiva de fortalecer sua atuação.

Estimular a criação de espaços de articulação entre os diversos conselhos e fóruns existentes.

Ampliar a participação das crianças e dos jovens nas decisões que lhes dizem respeito, estimulando o seu protagonismo e o exercício da cidadania.

Inserir o tema Participação Cidadã na formação dos/das servidores/as.

Novas tecnologias de informação e comunicação na Participação Cidadã

O envolvimento da sociedade pela prefeitura incorporará também o espaço digital, seja nas discussões sobre o Orçamento Participativo, seja ampliando os temas a serem debatidos pela população, como o tipo de uso de uma nova praça, a programação de uma festa tradicional da cidade ou a opinião sobre determinados temas.

Essa prática de Governo Aberto, que amplia os temas discutidos com a população, será importante porque, além de gerar uma cidade mais sintonizada com as expectativas da população, também estimulará o sentido de pertencimento das pessoas, propiciando o uso mais responsável dos equipamentos e serviços públicos pela população.

Estímulo de valores e práticas de cidadania

Vivemos tempos em que o individualismo tem prevalecido sobre o interesse coletivo.

Consideramos que é preciso construir uma sociedade mais solidária, com pessoas mais comprometidas com o interesse comum, capazes de se envolver em ações comunitárias e de voluntariado. Por isso, o governo do PT irá:

Implementar iniciativas de educação para a cidadania e campanhas educativas referentes às temáticas da diversidade, ambiente inteiro, cultura de paz, respeito, dentre outras.

Sensibilizar a população sobre a importância do trabalho voluntário, ampliando o número de pessoas que se disponham a realizá-lo, criando uma Plataforma para organizar a oferta e a demanda.

GESTÃO ÉTICA E EFICIENTE



Perseguiremos durante todo o mandato dois objetivos centrais: tornar a prefeitura capaz de prestar mais e melhores serviços de qualidade à população e introduzir maior transparência à ação governamental.

Estes objetivos exigirão o fortalecimento da capacidade da Prefeitura cumprir suas funções, mas também para garantir a igualdade de acesso de qualquer munícipe aos serviços e ao aprimoramento dos mecanismos de transparência governamental.

Adotaremos uma nova forma de organizar a ação da Prefeitura, tornando-a mais moderna, inovadora, eficiente e responsável. Este novo modelo de gestão se estruturará a partir das diretrizes a seguir.

Gestão ética e transparente

Durante todo o governo, seremos firmes no combate à corrupção e à impunidade, com o fortalecimento dos mecanismos de controle e enfrentando a esses maus hábitos tão arraigados na cultura política brasileira.

Adotaremos também os mais variados canais e instrumentos de transparência para prestar contas da ação de governo. Ampliaremos também o acesso aos dados públicos, sempre que possível, em formatos abertos, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Fortalecer a capacidade institucional e gerencial da Prefeitura

Realizaremos uma inversão de prioridades, atendendo prioritariamente territórios e populações vulneráveis com ampliação dos serviços e de obras por toda a cidade, e não somente no centro. Assim, será necessário dotar a prefeitura de melhores condições para realizar todas essas atividades.

Para alcançarmos bons resultados, os servidores públicos são essenciais. Criaremos um ambiente de respeito e confiança, garantindo seu engajamento aos objetivos do governo. O diálogo com as entidades sindicais dos servidores será democrática e transparente, com a instituição da Mesa de Negociação Permanente.

A elaboração e a execução das políticas públicas serão feitas de forma integrada entre as diversas áreas de governo, superando a tradicional fragmentação das ações. Além disso, essa atuação coordenada deverá se estender aos diferentes territórios da cidade, considerando suas

necessidades específicas.

Realizaremos parcerias com diferentes agentes. Com as universidades para ampliar a capacidade técnica da prefeitura e dos servidores e até mesmo na execução de políticas; com o setor privado, por meio de concessões ou PPPs, garantindo uma regulação rigorosa sobre a qualidade dos serviços prestados.

Aproveitaremos o potencial de parcerias com outros municípios, através dos consórcios públicos, para prestação conjunta de serviços, compras comuns e promoção do desenvolvimento regional.

Gestão inovadora

Tornaremos o cidadão o foco central de nossa atividade, com investimentos no aperfeiçoamento das atividades com maior impacto na prestação de serviços como, por exemplo, o atendimento presencial e na Internet. Avançaremos para um Governo Digital com a adoção de tecnologias na prestação de serviços.

Além disso, usaremos os dados disponíveis para melhorar os serviços e economizar recursos. Adotaremos iniciativas na linha das Cidades Inteligentes, sempre que houver benefícios para a população, em áreas como iluminação pública, coleta inteligente de lixo, sistemas integrados de dados em transporte e segurança, centros de inteligência e inovação municipal.

Buscar permanentemente a qualidade da despesa pública

Esse compromisso será um princípio fundamental, ainda mais nesse momento de aprofundamento da crise econômica e social, que levará ainda mais pessoas a depender dos serviços públicos. Faremos um monitoramento cuidadoso de todas as despesas, sejam os grandes montantes, como a folha de pagamento, sejam as despesas de manutenção, como água, energia, telefonia, entre outras.

Serão adotadas iniciativas sustentáveis como a reciclagem de materiais, o reuso de água e o uso de energia solar nos edifícios públicos.

Usaremos o poder de compra da prefeitura, adquirindo produtos e serviços de melhor qualidade, sustentáveis e por menor preço e, quando possível, incentivando as empresas locais, especialmente as pequenas, o que acaba revertendo em geração de emprego e renda em nosso território.